

ENSINO E PRUDÊNCIA: ASPECTOS ESSENCIAIS À ÉTICA EM SANTO TOMÁS DE AQUINO

Terezinha Oliveira

DFE/PPE/UEM

teleoliv@gmail.com

Pesquisa Financiada pelo CNPq - PQII

RESUMO:

O objetivo deste trabalho é tecer considerações sobre o entendimento de homem, no século XIII, a partir do olhar de Tomás de Aquino. Neste sentido, torna-se relevante compreender a realidade histórica do autor, bem como suas proposições. Dois aspectos serão destacados nesta análise. O primeiro vincula-se à ambiência cidadina que se espelha nas corporações de ofícios, sendo a Universidade uma delas. A segunda diz respeito ao conceito de pessoa e conhecimento que este ambiente constrói e no qual o mestre dominicano Tomás é um de seus maiores expoentes. Para nós, estes dois ângulos se explicitam na forma como se processa o ensino no qual a prudência é uma de suas características vitais. Destacamos que, para o primeiro aspecto, nos basearemos na historiografia e em autores medievos e, para o segundo, nos pautaremos nas questões 47 da *Suma de Teologia* (II^a- II^{ae}).

Palavras-Chave: Ensino. Prudência. Tomás de Aquino.

EDUCATION AND PRUDENCE: KEY ISSUES FOR ETHICS IN SANTO TOMÁS DE AQUINO

ABSTRACT:

The proposal of this text is to make comments on the understanding of man in the thirteenth century, from the look of Thomas Aquinas. Accordingly, becomes important to understand the historical reality of the author, and his propositions. Two aspects are highlighted in this analysis. The first links to city environment that mirrors the offices of corporations, and the University is one of them. The second concerns the concept of person and knowledge that this environment builds in which the Dominican master Thomas is one of its greatest exponents. For us, these two angles are explicit in how the teaching takes place in which caution is one of its vital characteristics. It emphasized that for the first appearance of our text we based in historiography and medieval authors and the second in tariffs, especially in issues 39 and 40 of the Summa of Theology (II^a-II^{ae}).

Key-Words: Teaching. Caution. Thomas Aquinas.

Introdução

Uma das questões que mais inquietam os profissionais da educação na atualidade, docentes, pesquisadores ou gestores, dentre outros, diz respeito à dificuldade de convívio na ambiência da educação: escolas, universidades e a sociedade como um todo. Cotidianamente, assistimos comportamentos de colegas que colocam, na ordem do dia, a necessidade da tolerância e da prudência em nosso agir. Diante desta realidade, torna-se oportuno uma releitura e o conhecimento dos ensinamentos do mestre Tomás de Aquino,

do século XIII, no que se refere à tolerância e à prudência, para que possam servir de exemplos em nosso convívio e ensino cotidianos. Este professor viveu uma época e uma ambiência em que a tolerância e a prudência se tornaram condição essencial para a vida cidadina.

Em seu tempo, não só a convivência exigia tolerância, mas, a natureza do ensino se modificava pela introdução de outros conhecimentos que, por seu turno, necessitavam também de tolerância. Sob este aspecto há que ressaltar uma questão muito presente no século XIII que foi a inserção das idéias aristotélicas no ensino universitário e, ainda que os poderes, então vigentes, igreja e príncipes, tentassem coibi-las elas se tornaram uma realidade em Paris, nas faculdades de artes, e em Bolonha, na faculdade de medicina e de direito.

Todavia, devemos salientar alguns aspectos que acompanharam o debate historiográfico acerca destes saberes - especialmente os aristotélicos - universitário do século XIII. Há muitos autores que afixam que a Escolástica - termo que veio a designar uma forma de ensino resultado da incorporação, aos conhecimentos sagrados sistematizados nas sagradas escrituras, os escritos racionais da antiguidade, particularmente as obras de Aristóteles - é fruto da Idade Média ocidental do século XIII ou, no máximo, a partir de fins do século XI com os escritos de Anselmo de Bec.

Desse modo, a Escolástica, ou seja, a junção da fé e da razão, seria fruto do amadurecimento das relações feudais e, mais particularmente, das relações travadas nas escolas cidadinas. No entanto, esta perspectiva de compreensão da filosofia escolástica apresenta um problema de interpretação do ensino medieval. Em geral, ela decorre do fato de que os estudiosos que se voltam para este período o compreendem como um tempo em que não houve conhecimento, mas, domínio absoluto da religião cristã. Nele, o ensino de saberes racional só teria ocorrido a partir dos séculos XI e XII, quando o comércio, as atividades artesanais e a vida cidadina principiaram a apontar aos homens uma luz que se irradiaria, por completo, quando do advento das ciências modernas. Para nós, esta forma de compreensão do ensino medieval não é correta. A leitura de autores como Boécio (475/80-524), Isidoro de Sevilha (560-636), São Máximo (579-662), Beda, o Venerável (672-735), Alcuino (735-804), Jean Erigèna (c. 800-877), todos da primeira Idade Média e início da Idade Média Central, nos revela a permanência do pensamento filosófico antigo, particularmente traços de Platão, Aristóteles, Sêneca, Cícero e Virgílio.

Além da leitura dos próprios autores que atestam a permanência do saber antigo no ensino cristão medieval, historiadores e filósofos da contemporaneidade também explicitam isso. Para mencionar apenas alguns dos mais conhecidos do público brasileiro citamos Etienne Gilson, *Filosofia medieval* e *Le Tommisme*, Alain de Libera, *Pensar a Idade Média*, Steenberghen, *O Tomismo* e *Le mouvement doctrinal du IX au XIV siècle*, Ruy Nunes, *História da Educação medieval*, Ullmann, *As Universidades na Idade Média*, Jean Lauand, *Cultura e Educação na Idade Média*, Oliveira, *A Escolástica*.

A partir destas considerações destacamos que quando tratamos do ensino medieval, particularmente o da época do mestre Tomás, não o consideramos como um tempo ímpar, no qual a sabedoria finalmente triunfou, nem o próprio mestre como um gênio. Ao contrário, ainda que os escritos de Tomás de Aquino sejam fundamentais e expressem o coroamento de uma forma de pensar e ensinar, as formulações do Aquinate revelam o amadurecimento de um saber que foi construído ao longo de séculos por outros mestres e que o seu tempo, em virtude das transformações sociais e o seu brilhantismo teórico/intelectual, possibilitou a ele trazer à luz.

Baseando-nos nessas observações analisaremos as discussões travadas, no seio da Universidade parisiense medieval, que apresentavam debates e entendimentos sobre os

homens e a natureza em geral. Existia, nessa época, particularmente na segunda metade do século XIII, uma forte inquietação sobre a origem das coisas e, em particular, acerca do homem. Essa angústia não é gratuita. Com efeito, não surgiu da cabeça de alguns teóricos que, de repente, passaram a indagar sobre tudo. A indefinição teórica nasceu com as mudanças estruturais e mentais que principiaram a ocorrer no Ocidente medieval a partir de fins do século XI. A proposta de reforma imposta por Gregório VII, o renascimento do comércio e das cidades, a organização e sistematização das relações feudo-vassálicas deram aos homens novas perspectivas de se verem como pessoas. Tiveram início discussões sobre o poder do príncipe; debates sobre a legitimidade do governante laico ou eclesiástico, inclusive, sobre a natureza de governo, ou seja, o que seria um governo justo; reflexões sobre a usura, a jornada de trabalho do artesão, dentre outras questões. Há que se considerar que estes debates não estiveram presentes em outros momentos do medieval. Antes, são próprios desse tempo que teve início com o amadurecimento do sistema feudal.

Neste novo cenário do homem medieval, as cidades, que, na primeira Idade Média, não eram *locus* essenciais da vida, passaram a ser o espaço onde os homens viviam e a maior parte das decisões no âmbito do trabalho, da produção, da política e do ensino principiava a serem tomadas.

Segundo Rossiaud, no artigo *O cidadão e a vida na cidade*, os homens medievais que habitavam as cidades possuíam, intrinsecamente, uma mentalidade mercantil porque tudo nela girava em torno do comércio.

As funções cidadinas podem ser múltiplas (e cada vez mais se diversificam), mas o que impera é a mentalidade mercantil, que molda as sensibilidades e os comportamentos. Como realçou R. Lopez, há muitos artesãos que são comerciantes em part time; o artesão assalariado vende as suas aptidões, o proprietário vende um quarto ou um terreno, o jurista vende os seus conhecimentos de direito, o professor vende a sua cultura, o operário vende a sua força física e a prostituta vende o seu corpo. A sua ministéria, os seus ofícios, são ordenados em função de um sistema de trocas recíprocas a que uns (os teólogos) chamam o bem comum e outros (os burgueses) chamam o mercado, segundo um preço justo estipulado diariamente em dinheiro, no mercado ou no local de recrutamento (ROSSIAUD, 1989, p. 105).

Na ambiência cidadina as pessoas habitavam um espaço comum, no qual os interesses principais assumiam as mesmas características. Os artesãos, embora desempenhassem atividades distintas das do jurista, do jornalista, do professor ou da prostituta, em última instância, acabavam por serem iguais aos demais profissionais porque faziam o mesmo que todos os demais: **vendiam algo**. Neste sentido, a cidade medieval cria um espírito comum que perpassa a todos e que é, de acordo com Rossiaud, a mentalidade mercantil. Destaque-se que esse sentido e sentimento de igualdade são próprios da cidade. É nela que se criam a possibilidade de igualdade entre os homens, o sentido de pertencimento e os interesses comuns. Esta comunidade, ainda que originada das relações feudais e incrustada na propriedade do senhor, se difere delas, pois, o ambiente cidadão abria caminho para o fim da hierarquização social, base das mediações sociais entre senhores e vassallos, senhores e servos, laicos e eclesiásticos, homem e Deus. Cria-se nela o sentimento de ocidentalização que se difere do sentido cristão “Em suma, se não existe um “sistema urbano”, desenvolve-se um Ocidente urbano cujos membros são todos mais ou menos parentes, fazem parte de uma espécie de clã que tem os seus ricos e os seus pobres, [...]” (ROSSIAUD, 1989, p. 100).

Este espaço, no qual o homem e os seus interesses se tornam cada vez mais comuns, independente da sua linhagem e função, promove, também, uma grande revolução mental. Se até os séculos XI e XII, no Ocidente medievo, o papado procurou impor sobre a sociedade uma mentalidade eminentemente cristã, com o surgimento das cidades e o re/nascimento das atividades mercantis, essa imposição, que em alguns momentos delineava-se vitoriosa, esboroa-se, dentre outras razões porque o espaço citadino é singular. Os homens que o habitavam criaram leis e necessidades seguindo seus interesses. Há que se destacar que, ainda que cada cidade instituisse suas próprias jurisdições, havia uma similaridade muito grande entre elas¹. Todas desejavam viver livres de seus senhores para se organizarem, produzirem e comercializarem com liberdade. Na verdade, a palavra de ordem era a liberdade. É nesse cenário, pois, que surgem as Ordens Mendicantes, que iniciam a pregação de uma nova leitura da religião cristã, especialmente uma nova forma de comportamento que tinha como intenção se opor à forma eclesiástica então vigente. As Ordens Mendicantes, no século XIII, confundem-se com as cidades. Os frades pregadores não podem mais viver isolados de seus fiéis. Sua principal missão, especialmente para os Dominicanos, era a evangelização e o ensino. Por conseguinte, não poderiam habitar outro espaço que não fosse o da cidade. Segundo Le Goff, na obra *Uma Longa Idade Média*, até mesmo a organização espacial das cidades medievais do Ocidente foi influenciada pelos mendicantes.

O século XIII assiste ao nascimento do urbanismo e do patriotismo urbano. Os mendicantes estão na primeira linha desse movimento. Como em muitas cidades o urbanismo é contemporâneo da instalação dos mendicantes, os conventos desses frades modelam a nova morfologia urbana. Em muitas dessas cidades a presença das três principais ordens, dominicanos, franciscanos, agostinianos, traduz-se por um modelo de estrutura singular (cf. E. Guidoni): é o caso de Sena, de Cortona, de Palermo, de francesa Colmar. Quando, no início do século XIV, os pregadores construíram sua igreja de San Domenico em Sena, com sua localização exprimiram suas preocupações simultaneamente práticas (criar um espaço conveniente para pregações) e estéticas (erguer um bonito edifício e embelezar a paisagem urbana). Na segunda metade do século XIV, o franciscano catalão Frei Francesch Eximeniç traça em seu Regimento de príncipes o plano da cidade ideal: um quadrilátero, com a praça da catedral no centro, dividido em quatro bairros, cada um dos quais tem em seu centro uma praça “grande e bela”, as praças de cada uma das quatro ordens mendicantes (LE GOFF, 2008, p. 187).

Os frades mendicantes se organizaram e se identificaram com as cidades. De acordo com o autor, existia uma quase simbiose entre as cidades e a instalação de conventos mendicantes². Junto com o espírito de liberdade apresentado pela população citadina, em relação aos seus senhores, os mendicantes propunham também uma forma distinta de ser religioso: o da pobreza.

Com efeito, a luta pela liberdade e o ideal de pobreza construíram, lado a lado, uma mentalidade cristã diferente daquela que vigorara no Ocidente por quase seis (6) séculos e nela, tal como o trabalho, o conhecimento assumiu novas características. Essa mudança influenciou o conhecimento e as práticas cotidianas de maneira substancial na modernidade, a ponto de Francis Bacon, na obra *O progresso do conhecimento*, afirmar que o conhecimento e a sabedoria não conduziam os seus detentores à riqueza. Essa era uma realidade desde os mendicantes medievais do século XIII.

No que concerne à necessidade, e que é o caso de doutos geralmente começarem com pouco e não enriquecerem tão rapidamente como outros homens, porque não orientam seus trabalhos principalmente ao lucro e ao ganho, quem melhor poderia desenvolver o tópico do elogio da pobreza seria um desses frades a quem tanto atribuiu Maquiavel nesta questão, ao dizer que <<tempos atrás haveria chegado a seu fim o reinado do clero, se a estima e a reverência para com a pobreza dos frades não tivesse compensado o escândalo das superfluidades e excessos dos bispos e prelados >>. Do mesmo modo, poder-se-ia dizer que a prosperidade e o refinamento dos príncipes e dos grandes homens há muito teriam se tornado rudeza e barbárie, se a pobreza do saber não tivesse conservado o sentido de civilidade e da vida honrada (BACON, Liv. I, cap. III, § 2).

Todavia, se a sabedoria não era o caminho para a riqueza, ela possibilitava a conservação e até mesmo a construção de um espírito de civilidade, indispensável à vida em comunidade. É exatamente este o aspecto destacado por Bacon ao citar Maquiavel. De acordo com Bacon, o governo (príncipes) e a igreja (clero) foram salvaguardados no final da Idade Média, graças à sabedoria dos pregadores mendicantes que, ainda que tivessem selado que o conhecimento não produzia a riqueza material, asseguraram aos homens o ‘sentido de civilidade’ e a ‘honra’, em última instância, conservaram o *humanitas* do homem. É, pois, este humano ‘civilizado’, ao qual Bacon se refere e que foi construído pelos mendicantes, pela mentalidade mercantil, pela luta em prol da liberdade da cidade, que estamos designando como uma nova mentalidade cidadina. Derivou dela a forma como o conhecimento passou a ser ensinado pelos mendicantes na Universidade do século XIII, especialmente na parisiense. O ensino não pode mais ser praticado e ter como fundamento único os escritos sagrados. Sob todos os aspectos o ensino sofreu profundas alterações.

Desde fins do século XI, a partir dos escritos de Anselmo de Bec, o ensino principiara a sofrer mudanças estruturais. Não é gratuito que muitos autores afirmaram que foi nesse momento que a filosofia Escolástica principiou a florescer³. Mais uma vez as cidades influenciaram sobremaneira essas mudanças (PIRENNE, 1951; LE GOFF, 1991; VERGER, 2003; OLIVEIRA, 2005). No século XII, verificamos nas escolas cidadinas e monacais o uso do livro como um instrumento importante no processo de ensino e aprendizagem⁴. Junto com o livro e quase que também como uma modalidade de livro as Sumas surgiram.

[...] La palabra cada vez más usada desde el principio del siglo XII para expresar esta ordenación ideal de los conocimientos fué la palabra Summa. La idea de un resumen de conocimientos no es una idea que incite actualmente a mucha gente: es acaso H. G. Well quien ha llegado a sentir por ella la misma clase de entusiasmo que sintieron los estudiosos del siglo XII. Para ellos era ciertamente de un interés absorbente, y todo tema quedó bajo la influencia de su entusiasmo por el sistema. La idea surgía, naturalmente, de los esfuerzos de los eruditos del siglo XI y expresaba la convicción que tenían los hombres de estar dominando su pasado. Más que esto (puesto que desde los hombros del gigante podían ver más lejos que sus predecesores), la Summa era un instrumento para el progreso del conocimiento: desde su principio le daban vida las discusiones.

Durante todo el siglo fueron apareciendo una serie de obras en diversas esferas del saber que resumían las enseñanzas del pasado, y al mismo tiempo, al hacerlo, se convirtieron en la base para nuevas investigaciones y discusiones (SOUTHERN, 1955, p. 218 e 219).

A finalidade da Suma era, de acordo com Southern, elaborar uma síntese dos conhecimentos produzidos pelos homens de outros tempos para que os indivíduos apreendessem o passado de forma a construir um cabedal de conhecimentos que lhes possibilitasse se aproximarem da sabedoria e da autoridade dos grandes homens de outros tempos, especialmente Aristóteles. Ao conhecerem o passado, os indivíduos construiriam novos conhecimentos. O passado tornara-se elemento essencial do presente, aliás, condição essencial para a formação do homem cidadão do século XIII. Todavia, é importante destacar que o conceito de passado e antigo na Idade Média era diferente do contemporâneo. Para se ter uma idéia, o mestre Tomás de Aquino se definia como moderno e considerava os mestres seculares da primeira metade do século XIII como antigos, muito provavelmente porque não se apropriaram do conhecimento aristotélico e baseavam suas aulas somente nos escritos sagrados.

Ao discutir o conhecimento, o ensino e a influência dos intelectuais no século XIII, Le Goff destaca as duas formas essenciais que o ensino assumiu nas escolas cidadinas, mas, que ganharam corpo e vitalidade nas aulas escolásticas da Universidade. Trata-se também da Suma e da *disputatio*.

No século XIII, as produções escolásticas se exprimiram sobretudo sob duas formas. De um lado, os comentários. Com a *disputatio*, o comentário foi o agulhão essencial do desenvolvimento do saber no século XIII. Graças ao comentário pôde ser elaborado um saber original produzido pelos mestres em função das preocupações contemporâneas, mas apoiando-se na tradição e fazendo-a evoluir. A Europa dos comentários inaugurava a Europa do progresso intelectual, sem ruptura com a tradição. Alain de Libera pôde dizer que “a história do comentário é uma história da libertação progressiva do pensamento filosófico em relação aos dados da tradição”. O outro produto da escolástica do século XIII foram as sumas. O próprio nome de suma exprime o desejo dos intelectuais do século XIII oferecerem uma síntese documentada e argumentada de uma filosofia que não estava ainda separada da teologia (LE GOFF, 2007, p. 187).

A Suma e a *disputatio* tornaram-se a forma de ser do ensino medieval. Ao mesmo tempo em que a Suma expressava a tradição, a sabedoria antiga, elementos essenciais ao saber do século XIII, era condição para a construção de novos conhecimentos pela própria forma de se ensinar o passado. A *disputatio* levava os homens à reflexão e ao questionamento. Assim, conteúdo e metodologia usados para se ensinar conhecimentos do passado produziam as construções do saber no presente.

Foi, pois, nesta ambiência cidadina e praticando esta forma de ensino no qual a Suma era a base do conteúdo do passado sistematizado, aliado à *disputatio* como instrumento de memorização e reflexão, que o mestre Tomás de Aquino⁵ ensinou, em uma das questões apresentadas na *Suma Teológica*, a importância da prudência na construção da sabedoria humana. Trata-se da Questão 47 da II^a II^{ae}. Para viver em comum, nas cidades, para que os diferentes segmentos sociais pudessem conviver, as mais diferentes profissões pudessem florescer sob um ambiente de certa paz, era necessário que os homens fossem tolerantes. A prudência era uma das condições para que os indivíduos desenvolvessem o espírito de tolerância. No entanto, como a prática da tolerância não é natural aos homens, ela necessita ser ensinada por meio da prudência⁶.

A *Questão 47 - Da prudência em si mesma* apresenta-se na **Suma** e é discutida em dezesseis (16) artigos: 1 *A prudência reside na razão ou na vontade?* 2 *Pertence a prudência somente razão prática ou também a especulativa?* 3. *A prudência conhece os singulares?* 4. *A prudência é uma virtude?* 5. *A prudência é uma virtude especial?* 6. *A prudência determina o fim para as virtudes morais?* 7. *A prudência estabelece o meio-termo nas virtudes morais?* 8. *Comandar é ato principal da prudência?* 9. *A solicitude pertence à prudência?* 10. *Estende-se a prudência ao governo da multidão?* 11. *A prudência que visa o bem próprio é da mesma espécie daquela que se estende ao bem comum?* 12. *A prudência está nos súditos ou somente nos governantes?* 13. *Pode haver prudência nos pecadores?* 14. *Encontra-se a prudência em todos os que tem a graça?* 15. *Somos prudentes naturalmente?* 16. *Pode-se perder a prudência por esquecimento?* Todavia, em virtude da delimitação da temática, trataremos neste texto somente dos artigos 1, 3, 4, 8, 11, 15 e 16, pois, estes abordam especificamente a forma como os homens vivem em comum, ou seja, como sujeitos singulares cujas existências estão pautadas na relação com outros.

O artigo primeiro já apontava para a importância da prudência no convívio social. Afinal, prudente era aquele que via longe; que, a partir do conhecimento do passado e do presente, podia, pela compreensão dos fatos e pelo discernimento proveniente da razão, antecipar os problemas e prevenir-se quanto ao futuro.

RESPONDO. Segundo Isidoro: “prudente significa o que vê ao longe, é perspicaz, vê o desenlace dos casos incertos”. A visão não pertence à potência apetitiva mas à cognoscitiva. Por isso é evidente que a prudência pertence diretamente à potência cognoscitiva. Não, porém, à sensitiva porque, por meio desta, se reconhecem as coisas que estão presentes e aparecem aos sentidos, enquanto que conhecer o futuro a partir das coisas presentes ou passadas, o que é próprio da prudência, pertence à razão, dado que se faz por dedução. Portanto, resulta que a prudência reside propriamente na razão (TOMÁS DE AQUINO, ST, II^a II^{ae}, q. 47, a. 1). QUANTO AO 2^o., deve-se dizer que o prudente considera o que está distante enquanto é ordenado para auxiliar ou impedir as coisas que devem ser feitas no presente. Está, pois, claro que as coisas consideradas pela prudência, se ordenam a outras como a um fim. Com relação aos meios que levam ao fim, existe o conselho na razão e a escolha na vontade. Destes dois, o conselho mais propriamente pertence à prudência, já que como diz o Filósofo: “prudente sabe aconselhar bem”. Todavia, como a escolha supõe o conselho, é “o apetite do previamente aconselhado”, como diz o Filósofo. Por isso, o escolher pode ser atribuído a prudência de modo conseqüente, enquanto dirige a escolha por meio do conselho (TOMÁS DE AQUINO, ST, II^a II^{ae}, q. 47, a. 1, adm. 2).

Logo, o fato de a prudência ser a capacidade de discernimento pelo conhecimento dos fatos passados/presentes implica que a ela faz parte do intelecto, pertencendo à potência cognitiva do ser. Por conseguinte, faz parte da razão. Precisamente porque precisa ser conhecida para ser praticada, a prudência não é natural, não pertence às atitudes derivadas da vontade.

Nesse sentido, para a pessoa ser prudente é preciso sempre o conhecimento. Para que o homem seja prudente em suas atitudes precisa não só conhecer o passado/presente, mas, para agir, no seu tempo presente e ter discernimento nas atitudes do futuro, necessita conhecer as coisas que estão em seu entorno bem como as de caráter mais geral. Esses

níveis de conhecimento eram definidos pelo mestre Tomás, no artigo terceiro, como princípios singulares e universais.

[...]

RESPONDO. Como foi dito acima, é próprio da prudência não só a consideração da razão, mas também a aplicação à obra, que é o fim da razão prática. Ora, ninguém pode aplicar convenientemente uma coisa a outra sem conhecer ambas: o que é necessário aplicar, e aquilo ao que se deve aplicar. As ações, porém, acontecem nos singulares. Por isso, é necessário que o prudente conheça tanto os princípios universais da razão como os singulares, que são o objeto das ações (TOMÁS DE AQUINO, *ST*, II^a II^{ae}, q. 47, a. 3).

Os homens, de acordo com o Aquinate, praticavam retamente seus atos quando a prudência, originada do uso da razão e do conhecimento das coisas singulares e universais, dirigia seus pensamentos e ações. Portanto, a prudência pressupunha o conhecimento não só das coisas singulares, mas, também das universais.

Se a prudência necessitava do intelecto para agir, do conhecimento das coisas passadas e presentes, do singular e do todo, necessariamente ela era uma virtude, como aparece no artigo 4 da Questão tratada. Segundo Tomás de Aquino, ela não era simplesmente uma virtude, mas, como provinha diretamente do intelecto e conduzia, pela razão, a reta ação humana, ela fazia parte das virtudes morais, por que, como as virtudes em geral, ela estava relacionada ao 'bem e a boa obra'. "Ora, compete à prudência, [...] aplicar a reta razão à obra, o que não se faz sem apetite reto. [...] a prudência não realiza somente o conceito de virtude como as outras virtudes intelectuais, mas possui também a noção de virtude própria das virtudes morais [...]" (TOMÁS DE AQUINO, *ST*, II^a II^{ae}, q. 47, a. 4).

Prosseguindo na idéia principal de nosso texto, a de que o ensino universitário, especialmente o ministrado pelo mestre Tomás, estava em consonância com as questões vinculadas à vida cidadina e às relações sociais, destacamos que os artigos mencionados até aqui tratavam da prudência, em geral, como virtude, e da prudência no âmbito das atitudes humanas singulares. Nos próximos dois artigos o Aquinate explicitava de que maneira a prudência deveria fazer parte das virtudes do governo.

No artigo 8, ao indagar se comandar era ato principal da prudência, o mestre dominicano destacou o fato de que as pessoas que usavam a razão no agir eram comandadas pela prudência e, portanto, comandavam as suas ações. Por conseguinte, tomavam decisões que convergiam para o bem.

QUANTO AO 2^o., deve-se dizer que se requer a bondade da deliberação para que aquilo que foi bem encontrado seja aplicado à ação. É por este motivo que comandar pertence à prudência que é boa conselheira.

QUANTO AO 3^o., deve-se dizer que o mover-se entendido absolutamente, pertence à vontade. Mas comandar implica uma moção acompanhada de ordem. Por isso, este é um ato da razão, como foi dito precedentemente (TOMÁS DE AQUINO, *ST*, II^a II^{ae}, q. 47, a. 8, adm 2 e 3).

Essa reflexão é bastante importante por que fica explícito que os movimentos humanos, quando provenientes do acaso, não possuem uma finalidade clara e definida. Há as ações e movimentos, mas, são derivados da vontade e não do discernimento. Logo, só a

prudência pode dar às decisões e atitudes um fim objetivo ou, como salienta Tomás de Aquino, uma ‘ordem’.

Esta mesma ordem objetiva nas ações singulares deveria incidir nas atitudes do governante, pois, ele tinha que ter claros os seus propósitos e planejar sempre suas atitudes porque interferem de forma direta nos caminhos da comunidade. O governante não poderia seguir o curso dos seus desejos e vontades, mas, acima de tudo, deveria saber comandar e obedecer. Esse é o teor do artigo 11.

RESPONDO:[...] Ora, o bem próprio de um só, o bem da família, o bem da cidade e o bem da nação são fins diversos. Assim também, é necessário que as espécies de prudências difiram especificamente segundo a diferença desses fins, de modo que, há uma prudência propriamente dita, ordenada ao bem próprio; outra é a prudência doméstica, ordenada ao bem comum da casa ou da família; uma terceira, a prudência política, ordenada ao bem comum da cidade ou da nação.

[...]

QUANTO AO 2º., deve-se dizer que como diz o Filósofo, na passagem citada: “O homem bom deve poder mandar bem e obedecer bem”. Consequentemente, a virtude do bom príncipe está também incluída na virtude do homem de bem. Ora, a virtude do príncipe e aquela do súdito diferem especificamente, como também a virtude do homem e da mulher, como diz o Filósofo na mesma passagem (TOMÁS DE AQUINO, ST, II^a II^{ae}, q. 47, a. 11, adm. 2).

Para o mestre dominicano as naturezas da prudência que visavam o bem diferiam quanto à sua finalidade, mas, todas necessitavam do reto agir. Quando a prudência destinava-se ao bem do indivíduo, era a prudência deste que comandava seus atos, portanto, os resultados de sua prudência atingiam o agir particular. Quando se destina à família, o pai em geral deveria ser a pessoa mais prudente porque dos seus atos e do seu comando dependia o bem de várias pessoas (sua linhagem). Todavia, o reto agir do governante deveria ser o mais prudente e ele deveria ter clareza de sua prudência porque era de seu agir/comando que dependia o bem da comunidade. Desse modo, o governo prudente, com vistas ao bem comum, deveria ter conhecimento, fazer uso de seu intelecto, saber aconselhar e, antes de tudo, saber comandar com a razão e a justiça porque delas dependiam todos os que habitavam a comunidade/cidade. Ainda que a prudência seja geral, a partir do intelecto e da razão, o seu uso, no que diz respeito ao comando, requer níveis distintos de prudência não porque ela, em si, seja distinta, mas, porque os atos dos indivíduos singulares atingem níveis distintos nas relações sociais quando comandam a si mesmos, a família e a comunidade.

Por fim, no último artigo, o 16, Tomás de Aquino expôs uma questão essencial para se compreender a importância e natureza da virtude da prudência. Trata-se da reflexão acerca da importância da memória para o agir prudente. De início, o mestre destacou o fato de que o esquecimento estava vinculado ao conhecimento e como a prudência dependia do conhecimento e da vontade/ato, não necessariamente a ausência de memória poderia ser prejudicial à prudência. Entretanto, como a prudência implicava no comando reto das ações humanas, quando, pelo esquecimento, esquecemos o que conhecemos, os acontecimentos do passado, por exemplo, necessariamente a prudência era afetada porque os atos cotidianos dependiam das lembranças. Sob este aspecto a memória era importante para a prudência porque ela permitia a permanência do passado e do conhecimento cognitivo.

QUANTO AO 2^o., deve-se dizer que a experiência da prudência não é adquirida apenas pela memória, mas pelo exercício de bem comandar.
QUANTO AO 3^o., deve-se dizer que a prudência consiste principalmente não no conhecimento dos universais, mas, na sua aplicação aos atos, como foi dito. É por isso que o esquecimento do conhecimento universal não destrói o que é principal na prudência, mas, lhe causa um certo impedimento, como foi dito (TOMÁS DE AQUINO, ST, II^a II^{ac}, q. 47, a. 16, adm. 2 e 3).

Afiança Tomás na passagem citada que o esquecimento ou a ausência de memória produzia um 'certo impedimento' da prudência, porque obstaculizava o reto agir que deriva do conhecimento.

Com efeito, ao tratar da prudência, na Questão 47 (II^a - II^{ac}) da **Suma Teológica**, o mestre Tomás chamou a atenção para aspectos importantes ao convívio social, especialmente ao cidadão do século XIII, mas, não somente nele. A vida em comum pressupunha certos requisitos que eram imprescindíveis à manutenção da harmonia na comunidade. Um destes requisitos era o uso da prudência no agir cotidiano, pois, os diferentes interesses dos indivíduos que necessitavam relacionarem-se uns com os outros, no ambiente novo das cidades medievais, produziam divergências e conflitos. Somente o uso da prudência nas ações singulares e universais permitiria condições para o convívio em comunidade. Todavia, como a prudência não era uma virtude natural, ela precisava ser ensinada e aprendida. É, pois, esse processo de ensino que verificamos na discussão tomasiana. Para ensinar esta virtude moral, tão necessária à ambiência do século XIII, o mestre dominicano recorreu aos conteúdos e métodos que eram próprios de sua época: a **Suma** e a **Disputatio**. O mestre nos ensinou que, por meio da aprendizagem da prudência, os homens poderiam, ainda que diferentes, conviverem e produzirem a tolerância necessária para o convívio social cidadão.

Considerações finais.

Decorridos tantos séculos entre os ensinamentos do mestre dominicano e a nossa atuação em sala de aula e nas relações que travamos com as pessoas em nosso entorno, observamos que ainda temos que ensinar e praticar a virtude da prudência. Aliás, precisamos sempre lembrar que a prudência deve dirigir nossas atitudes e nossos pensamentos. As diferenças teóricas e pessoais ganham cada vez mais força e, se não tivermos o reto agir, teremos dois caminhos a seguir: isolarmo-nos, por conseguinte, abandonarmos a docência e o estudo, ou optarmos pelo individualismo e propalar que as pessoas, em virtude da natureza burguesa da sociedade capitalista, são intrinsecamente egoístas, vivem por e em virtude apenas de seus interesses. Essa última opção é a mais cômoda e, também, mais oportunista, pois, retira de nós, seres singulares, a responsabilidade de nosso agir e transfere para as relações sociais a responsabilidade da nossa falta de prudência.

Sob este aspecto, o olhar que dirigimos aos autores medievais e à escolástica, como apresentamos no início deste texto, encontra-se prenhe destas escolhas, pois, se o pensamento reflexivo somente brilhou no século XIII em decorrência da influência do pensamento aristotélico e só nessa época os homens responsabilizaram-se por seus atos, enfim, tiveram a prudência em seu agir, nos séculos anteriores, os homens se sujeitaram, inteiramente, a seus governantes, à igreja e aos príncipes, sem terem qualquer responsabilidade pelos seus atos. Eram, por conseqüência, crianças conduzidas pelos adultos. Assim, corremos o risco de também nos encontrarmos no estado de infância

constante e, por conseguinte, não sermos responsáveis por nossas atitudes. Salientamos, contudo, que pensamos o oposto disto e é em virtude deste pensar que vemos a necessidade de aprender e de ensinar a prudência difundida pelo mestre dominicano, pois, em última instância, é pelo nosso agir que tornamos, ou não, seres intelectivos comprometidos com o nosso presente. Por fim, como docente, no campo da história da educação, acreditamos, tal como o mestre Tomás, que ser professor é ter, potencialmente, em si, na sua profissão, a capacidade de transformar o outro e foi precisamente isso que o mestre fez quando nos mostrou que a prudência não era uma virtude inata no homem e que, por isso, precisava e precisa, sim, ser ensinada.

REFERÊNCIAS

- BACON, F. **O progresso do conhecimento**. São Paulo: Unesp, 2007.
- GILSON, E. *A Filosofia na Idade Média*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- GILSON, Étienne. *Le Tommisme*. Sixième Édition. Paris: J. Vrin, 1997.
- GRABMANN, M. **Filosofia Medieval**. Barcelona: Labor, 1949.
- HUGO DE SAINT-VICTOR, **Didascálicon**. Da arte de Ler. Petrópolis: Vozes, 2001.
- LAUAND, L. J. **A Prudência**. A virtude da decisão certa. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- LAUAND, L. J. *Cultura e Educação na Idade Média*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- LE GOFF, J. As Ordens Mendicantes. In: **Uma Longa Idade Média**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 173-189.
- LE GOFF, J. **As raízes medievais da Europa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- LE GOFF, J. **Mercadores e Banqueiros na Idade Média** São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- LIBERA, A. **Pensar na Idade Média**. São Paulo: Editora 34, 1999.
- OLIVEIRA, T. **Escolástica**. São Paulo/Porto: Mandruvá; Instituto Jurídico Interdisciplinar da Univ. do Porto, 2005.
- PIRENNE, H. L'Instruction des Marchants au Moyen Âge. IN: **Histoire Économique de L'Occident Médiéval**. Desclée de Brouwer, 1951, pp.551-570.
- ROSSIAUD, J. O cidadão e a vida na cidade. In: LE GOFF, Jacques (dir.). **O homem medieval**. Lisboa: Editorial Presença, 1989, p. 99-122.
- SOUTHERN, R. W. **La formacion de la Edad Media**. Madrid: Revista de Occidente, 1995.
- STEENBERGHEN, F. **O Tomismo**. Lisboa: Gradiva, 1990.
- STEENBERGHEN, F. VAN, & FOREST, A. & GANDILLAC, M. **Le mouvement doctrinal du IX au XIV siècle**. Paris: Bloud & Gay, 1951-76. (Histoire de L'Église depuis les origines jusqu'a nos jours, 13).
- TOCQUEVILLE, A. **O Antigo Regime e a Revolução**. Brasília: UnB, 1982.
- TOMÁS DE AQUINO. **Suma Teológica**. São Paulo: Edições Loyola, 2004, v. V.

VERGER, J. **Cultura, ensino e sociedade no ocidente nos séculos XII e XIII**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2001.

¹ Aconteceu com as cidades o mesmo com as leis feudais, como Tocqueville destaca no seu livro **Antigo Regime e a Revolução**. Ainda que cada região organizasse os feudos, as leis e a organização da vida, em cada uma delas foram muito parecidas porque os interesses e necessidades dos homens, naquele tempo, eram os mesmos.

² A passagem de Le Goff, indubitavelmente, nos remete à lembrança da organização das cidades, especialmente, as do interior do Brasil, desde o período da colonização, nas quais a primeira construção a ser erigida é a Igreja e, a partir dela, se organiza todo o resto. Sob este aspecto, as construções urbanas modernas obedecem aos mesmos princípios estabelecidos para as cidades medievais.

³ Neste texto não há espaço para discutir questões referentes à origem da escolástica, mas, a temática nos interessa de perto há alguns anos. Sugerimos a leitura de um pequeno livro no qual nos dedicamos a este estudo, **Escolástica**.

⁴ A obra do mestre vitorino Hugo de Saint Victor **Didascálicon. Da arte de Ler** é um notável exemplo deste processo.

⁵ Eis as palavras de Le Goff para designar o intelectual dominicano: “Tomás de Aquino é o escolástico que deixou a maior influência no pensamento europeu até hoje. Italiano, da pequena nobreza, que morou muitas vezes em Paris como estudante e depois como professor, também em Orvieto, em Roma e em Nápoles, foi um professor da moda que atraía e entusiasmava os estudantes, e um pensador audacioso que provocou a hostilidade de numerosos colegas e de certos prelados influentes. É o tipo do intelectual europeu, sedutor e contestado, que iluminava e perturbava ao mesmo tempo os meios intelectuais e religiosos” (LE GOFF, 2007, p. 187).

⁶ Acerca da Prudência em Tomás de Aquino não podemos deixar de mencionar e indicar como leitura indispensável a bela introdução, tradução e notas feita por Jean Lauand e publicada sob o título **A prudência. A virtude da decisão certa**. Só para se ter uma idéia das formulações apresentadas por Lauand, mencionemos uma passagem: “Atingida ao longo dos séculos pelo subjetivismo metafórico e pelo gosto do eufemismo, “prudência” já não designa a grande virtude, mas sim a conhecida cautela (um tanto oportunista, ambígua e egoísta) ao tomar (ou não tomar ...) decisões. Se hoje a palavra prudência tornou-se aquela egoísta cautela da indecisão (em cima do muro), em Tomás, ao contrário, prudência expressa exatamente o oposto: a arte de decidir corretamente” (LAUAND, 2005, p. VIII-X).

Artigo recebido em: 25/5/2009

Aprovado para publicação em: 31/08/2009